

**MARIOLOGIA COMO ECLESIOLOGIA SIMBÓLICA:  
REPRESSÃO OU LIBERTAÇÃO?<sup>1</sup>**

*Sélcio de Souza Silva<sup>2</sup>*

---

<sup>1</sup> Resenha do livro: RUETHER, Rosemary Radford. Sexismo e Religião: rumo a uma Teologia Feminista. Trad. Walter Altmann e Luís M. Sander. São Leopoldo: Sinodal, 1993.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Autônoma de Assunção, doutorando-se em Ciências da Religião (UCG).

E-mail: selcio@terra.com.br



No livro *Sexismo e Religião: rumo a uma teologia feminista*, de Rosemary Radford Ruether, a mariologia é apresentada como eclesiologia simbólica “libertadora” contrária ao sentido teológico e “repressivo” atribuído pela Igreja no decorrer dos séculos. A autora percorre a história religiosa e apresenta o feminino, no mundo judaico-cristão, como *Mater Ecclesia*, onde o feminismo assume, por conta de uma sociedade patriarcal, uma dimensão “espiritual de receptividade passiva”.

A tradição cristã apresenta Maria como símbolo da Igreja, pois ela é a noiva de Cristo ou a mãe dos cristãos assim como Israel é considerado, no Antigo Testamento, como a esposa de Deus. Por outro lado, a autora chama-nos a atenção para o livro de Cântico dos Cânticos, inspirado na concepção cananéia, cuja idéia do amor está relacionada à busca e atração mútuas, isto é, a questão do sexo, enquanto celebração amorosa do homem e mulher. Os exegetas tiveram a preocupação de conceber a interpretação desse livro como um cântico do amor humano, sem nenhuma analogia ao divino, ou seja, por conta da alegoria do amor entre Javé e Israel. É sob essa ótica que o livro entra para o cânone bíblico.

Nessa mesma concepção, de acordo com a autora, a Igreja tornou-se, na tradição cristã, símbolo do amor místico entre Cristo e sua Igreja e Cristo e a alma (Ef. 5), colocando a chefia de Cristo sobre a Igreja como modelo para a submissão da mulher ao marido. A exemplo da Igreja, enquanto corpo de Cristo é a Igreja escatológica que fora redimida e, por isso, deve ser imaculada, a mulher deve ser perfeita como “a noiva escatológica de Cristo e o marido redentor da esposa”.

Esse modelo, considerado pela autora de irrealista, “constitui uma antítese ao casamento e à sexualidade humana”. Essa idéia de virgindade cristã foi continuada nos ensinamentos dos Pais da Igreja que concebiam que “as virgens cantam o desprezo do casamento mortal para estar com Cristo em vestes imaculadas” e a Igreja deve, portanto, dar a luz filhos redimidos e virginais que transcenderam o pecado e a morte, a exemplo do Novo Adão (Cristo) e a Nova Eva (Maria).

Nesse sentido, as núpcias da Igreja contrapõem as núpcias humanas, uma vez que os filhos mortais gerados no pecado e na morte são diferentes dos filhos virgens cuja pureza é garantia da vida eterna. Daí, essa supervalorização da virgindade em detrimento do casamento e do estado de viuvez.

Na sociedade patriarcal, há, portanto, uma inversão de valores: o masculino controla a concepção, gestação, nascimento e amamentação. Esse controle do feminino significa dizer que, nesse contexto, doar a vida é sinal ou fonte de morte, pois os símbolos da concepção, nascimento e nutrição,

próprios do feminismo, passa a ser controlado pelo masculino. Para a autora, torna-se, por isso, justificado a tentativa de fuga da morte que a mulher vai buscar na clausura do sexo e da contracepção. Nas palavras da autora, “o ascetismo anti-sexual baseia-se na fantasia de que é possível libertar-se também da finitude e da mortalidade”.

Segundo a autora, a doutrina da assunção de Maria como rainha do céu e da terra, símbolo da Igreja triunfante, permite à casta eclesiástica e celibatária disseminar esse dogma como uma poderosa ferramenta. Os detentores do poder eclesial representam, na verdade, o “feminismo masculino” que denominou os papéis sexuais e maternais das mulheres. As mulheres virgens foram marginalizadas e estigmatizadas como humildes servidoras, inferiores aos escravos e, apesar disso, como tendenciosas ao poder demoníaco, uma vez que a mulher passou a ser símbolo do âmbito inferior das paixões e do corpo.

Em função disso, o Cântico dos Cânticos, recebeu, a partir de Orígenes um exegese alegórica, pois apresenta o texto-chave da união mística da alma com o Logos divino desmistificando a interpretação onde se valoriza os aspectos físico e sexual do relacionamento de homem e mulher. A mulher devia ser receptiva e passiva da alma ao poder fecundante divino dentro da cultura celibatária.

Desse modo, a Virgem Maria exerceria o feminismo superior, a fim de reprimir a sexualidade real dos celibatários com as mulheres. Maria é, certamente, modelo espiritual para da castidade e, por isso, serve como antídoto contra qualquer transgressão ou tentação sexual. Coube, então, a tradição mística deformar e contrapor o erótico e o místico, dando lugar, conforme evidencia a autora, ao “somasoquismo de assalto masculino e submissão feminina”. Assim, “a valorização da feminilidade da alma em relação a Cristo constituía o ápice de todo um sistema de dominação masculina e submissão feminina que incluía a submissão do laicato ao clero”, fazendo com que a mulher fosse-lhe parceira passiva e submissa e qualquer evidencia de autoridade feminina apresenta-se como heresia.

Segundo a autora, a tradição mariológica tratou de refletir a ideologia do feminino patriarcal atribuindo a Maria uma personificação teológica da psique e Mãe da Igreja, como noiva virginal e Mãe dos cristãos. Essa concepção permitiu haver uma ruptura com a sexualidade e reprodução carnal. Deve-se a isso a perpetuação da doutrina da assunção e da imaculada concepção. O corpo de Maria mostra o corpo plenamente redimido da Igreja, antes da sua alienação total ao Espírito Santo.

Tendo em vista esses pressupostos teóricos, a autora questiona “a teologia masculina da “desobediência” e da sexualidade feminina como causa do pecado, e a mortalidade como consequência do pecado”, pois “não podemos aceitar essa teologia em termos masculinos” e fazer da mulher um “bode expiatório”. Sua proposta é uma mariologia libertadora, ou seja, uma igreja como humanidade redimida do sexismo. Para tanto, apresenta-nos o Magnificat (Lc. 1, 46-55) como texto-chave. A sua re-leitura permite perceber a graça de Deus ou o seu favor divino para com Maria. Lucas apresenta-nos uma transformação revolucionária da ordem social injusta ao colocar nas bocas de Maria palavras que evocam mudança: “Derrubou dos tronos os poderosos e

exatou os humildes”. Todavia, a partir da analogia da gravidez e libertação de Maria e Ana, a autora faz também uma distinção significativa. A libertação de Ana é sua redenção da vergonha e da esterilidade causa de sua humilhação. Em se tratando de Maria, não houve, conforme a autora, nenhuma intervenção masculina no processo da anunciação. A decisão da gravidez de Maria se dá, unicamente, entre Deus e ela, uma vez que José não é consultado. Diferentemente de Lucas, o evangelho de Mateus aponta característica patriarcal quando apresenta a decisão do nascimento entre José e Deus, sem, ao menos consultar Maria.

Em Lucas, Maria dá à luz o filho de Deus a partir de um ato livre de fé que deixa de ser uma submissão às autoridades externas e passa a ser um ato livre, pois sem tal fé, não pode haver milagres, isto é, Deus não pode, sem a fé, entrar na História e promover uma ação revolucionária e libertadora das mulheres pobres desprezadas, viúvas, impuras, prostitutas, samaritanas e sírio-fenícias da humanidade.

Segundo Rosemary Radford Ruether, Lucas é sensível a realidade das mulheres integrantes do grupo dos pobres e desprezados. Atualmente, é preciso voltar-se para a Teologia da Libertação latino-americana, cujas Conferências (Medelin e Puebla) realizadas nesse continente, permitiram enxergar Maria, não elevada em seu trono, ao lado de Cristo, na mais digna glória, mas como Igreja, cuja opção é preferencialmente pelos pobres, pelos justos de Deus.

A personificação feminina da Igreja deve fazer uso de um evangelho libertador, livre de todo preconceito feminino, pois “Deus opta pelos pobres porque os ricos optaram contra eles e derrubaram relacionamentos injustos”. O evangelho libertador é para os pobres dos pobres, aqueles mais desprezados, uma vez que são estes os “publicanos e meretrizes [que] procederão vocês no reino de Deus” (Mt. 21, 31).

